



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
PALÁCIO JOÃO GOULART
Secretaria Municipal de Infra estrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Transito

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 16/2024

Este documento foi elaborado à luz da lei 14133/21, como peça integrante e indissociável de um procedimento licitatório, tendo por finalidade definir o conjunto de elementos que nortearão a aquisição de equipamentos para auxiliar nas limpezas urbanas

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

Aquisição de um veículo novo, de acordo com laudo técnico 274/24 do Engenheiro Mecânico Fernando Mendes Schneider.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	und	qtd
1.	Veículo utilitário, zero km, ano e modelo 2024, tipo caminhonete, cabine dupla, 5 passageiros, quatro portas, na cor branca, cinza ou prata, motor a gasolina ou flex, motor com volume mínimo de 1.6 litros, mínimo 105 cv de potência, mínimo 6 marchas (5 a frente e 1 a ré) direção elétrica e/ou hidráulica, com rádio AM/FM e entrada USB e autofalantes instalados, com ar-condicionado de fábrica, com air-bag, vidros elétricos, com tapetes, protetor de carter. Garantia de 24 meses ou 100.000 km, o que ocorrer primeiro. Com todos os equipamentos exigidos pelo CTB, com catálogo de peças e manual de orientações impresso em português.	UNIDADE	01

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- (x) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

CAPÍTULO II
DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E
REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
PALÁCIO JOÃO GOULART

Secretaria Municipal de Infra estrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Transito

O Departamento de Serviços Urbanos da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Transito, tem como função Contribuir para o desenvolvimento do município na gestão dos serviços, de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, manutenção e melhoramento da infraestrutura pública, buscando a universalização dos serviços com responsabilidade socioambiental.

A responsabilidade socioambiental nos tras uma preocupação muito séria com relação a limpeza urbana, e a iluminação pública

A iluminação pública define a imagem de uma cidade. É fundamental para o desenvolvimento social e econômico de uma comunidade e para a qualidade de vida de seus cidadãos.

Sem a iluminação urbana é impossível garantir a segurança dos centros urbanos, e garantir o livre trânsito das pessoas, combater a criminalidade. É essencial para preservar o patrimônio público, garantir atividades noturnas como lazer, comércio, cultura entre outros.

Este procedimento atende a um dos princípios básicos da administração pública, disposto na Constituição Federal, que trata da economicidade. A administração pública consegue atingir aos seus objetivos com menor custo e maior eficiência através das aquisições e a permanente fiscalização. Evidencia se através deste termo de referência a necessidade e a legalidade de tal contratação.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A solução proposta é a aquisição do veículo

CAPÍTULO III **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

6. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 20.106/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de São Borja, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”

7. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

7.1. Prazo de entrega de até 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do 1º dia útil posterior a data da confirmação do recebimento, pela ADJUDICATÁRIA, da nota de empenho ou



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
PALÁCIO JOÃO GOULART**

Secretaria Municipal de Infra estrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Transito

ordem de compra que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA.

7.2. LOCAL E HORÁRIO

Os materiais deverão ser entregues no Departamento de Material, Patrimônio e Documentos, sito na Rua João José de Oliveira Freitas, nº 479, Vila Cabeleira, São Borja/RS, CEP: 97670-000 no horário das 7h às 13h e das 14h as 16h, em dias úteis. Telefone (55) 3431-1105, e-mail dmpd@saoborja.rs.gov.br

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f)** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a)** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c)** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e)** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- f)** O objeto deve ter emplacamento e CRLV no nome da Prefeitura de São Borja; Garantia de no mínimo 24 meses ou 100.000 km ; com todos os equipamentos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
PALÁCIO JOÃO GOULART**

Secretaria Municipal de Infra estrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Transito

exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro; com catálogo de peças e manual de orientações impresso, em português.

g) Deve ser apresentado comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente com o objeto descrito neste item, por intermédio da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público e privado.

10. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

(X) O prazo de garantia do objeto, contra defeitos de fabricação deverá ser de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, a contar do recebimento definitivo ou 100.000 km, o que ocorrer primeiro.

(X) Durante o período da garantia, a CONTRATADA obriga-se a efetuar, sem ônus para a Prefeitura Municipal de São Borja, a substituição ou reparo do objeto que apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar do 1º dia útil posterior à data de confirmação do recebimento da comunicação.

(X) Durante o período de garantia de, pelo menos, dois anos, a CONTRATADA poderá ser acionada sempre que necessário.

**CAPÍTULO IV
DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1 Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

11.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

11.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

11.5. O responsável pela fiscalização do contrato será o servidor Fernando Mendes Schneider, engenheiro mecânico, telefone nº (55) 999090620 , e substituto o servidor Nilton Mançoni Costa, Coordenador de Serviços Urbanos, telefone nº (55) 984464794, devidamente designados através de Portaria

12. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

12.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

**CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

13. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
PALÁCIO JOÃO GOULART

Secretaria Municipal de Infra estrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Transito

13.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

13.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

13.3. O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita 10 dias corridos, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
PALÁCIO JOÃO GOULART

Secretaria Municipal de Infra estrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Transito

14.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 03 dias consecutivos, configurando inexecução parcial do contrato.

14.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 4 (quatro). Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.

14.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

14.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.

14.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

14.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
PALÁCIO JOÃO GOULART**

Secretaria Municipal de Infra estrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Transito

15.1. O pagamento integral será efetuado no prazo de até 30(trinta)dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e a aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário.

**CAPÍTULO VI
FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

16. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

16.1. Modalidade de licitação e critério de julgamento, com base na Lei Federal nº 14.133, será definido pelo setor de contratos e licitações

16.2. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com o melhor preço registrado.

17. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

17.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a)** identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c)** prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e)** assinatura do responsável legal da empresa.

18.1 AMOSTRA

(x) Não () Sim

18.2 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

() Não (x) Sim

Manual ou outro documento técnico elaborado pelo fabricante que viabilize a análise das especificações do objeto ofertado e/ ou documento extraído de consulta realizada pela internet na página oficial do fabricante.

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

() Sim (x) Não

19.2 VISTORIA

(x) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
PALÁCIO JOÃO GOULART

Secretaria Municipal de Infra estrutura, Serviços Urbanos, Segurança e Transito

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

20.1 - Valor maximo para a aquisição conforme pesquisa de preços realizada.

Item	Quant	und	especificação	Valor referencia
01	01		Strada Fredon cabine dupla 1,3 8v flex 2024	R\$ 117.480,00
02	01		Renaut oroch pro 1.6 2025	R\$ 122.000,00
03	01		Nova Montana 1.2 2025	R\$ 128.150,00

A estimativa de preços foi obtida através de pesquisa de preço formal solicitada aos fornecedores via e-mail institucional e em site oficial do fornecedor , conforme documentos comprobatórios anexos.

Fica estabelecido o preço medio R\$ 122.543,33 (cento e vinte e dois mil, quinhentos e quarenta e tres mil reais e trinta e tres centavos). Valor máximo do veículo.

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município.

Os recursos para custear as despesas descritas neste Termo ocorrerão à conta da seguinte dotação:

09.04.15.451.103.2072.4.4.90.52.00.00.00.00 1751 | 1002 - Reduzido 41024

CAPÍTULO VII **DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

São Borja/RS, 09 de maio de 2024

Nilton Mançoni Costa
Coordenador Serviços Urbanos
Responsavel pela Elaboração do TR

MOACIR TIECHER
Secretário SMIESUST

EDUARDO BONOTTO,
Prefeito.

() **Defiro**

() **Indefiro**